

Nº 4

PROJETO DE LEI Nº 412, DE 2011

Dispõe sobre responsabilidade civil do Estado.

**EMENDA Nº
(Do Sr. Rubens Bueno)**

Dê-se ao **art. 1º, § 2º** do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº 412, de 2011 (ou do projeto de lei ou substitutivo cuja preferência tenha sido aprovada) a seguinte redação, e em consequência, modifica-se o **art. 25** do Substitutivo (ou do projeto de lei ou substitutivo cuja preferência tenha sido aprovada).

Art.1º.....

§2º. A responsabilidade do Poder Público é subsidiária à das concessionárias, permissionárias, autorizadas e de outras pessoas privadas prestadoras de serviços públicos, quando os fatos geradores da responsabilidade se relacionarem com os serviços públicos que desempenham.

Art. 25. Aplica-se a responsabilidade subsidiária entre o Estado e os diferentes co-responsáveis, nas hipóteses de pluralidade de causas e de fato da obra.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 175 da Constituição da República, os serviços públicos são precipuamente prestados pelo Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação. O mencionado dispositivo confere a irrenunciável titularidade do serviço público ao Estado, podendo este

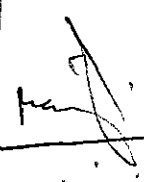
delegar a sua execução material a particulares, atuando sob o regime de colaboração.

Não se discute que a responsabilidade dessas delegatárias de serviços públicos é objetiva, calcada na teoria do risco administrativo, amplamente acolhida pela doutrina e pela jurisprudência. Tampouco se deixa de afirmar que quem responde é a própria concessionária ou permissionária do serviço, já que é ela quem o está prestando, por sua conta e risco.

Nessa esteira, o objeto da presente emenda busca harmonizar o texto do projeto de lei com a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça que entende o Estado responder de forma subsidiária nas situações em que o concessionário não possuir meios de reparar os prejuízos causados a terceiros (RESP nº 1135927-MG, Relator Ministro Castro Meira).

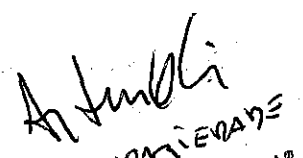
Além de consolidar o entendimento doutrinário e jurisprudencial a respeito do tema, a emenda evita a oneração do erário por erros cometidos pelas concessionárias, permissionárias, autorizadas e outras pessoas privadas prestadoras de serviços públicos, no desempenho de atividade delegada, e que, portanto não deve ter dever indenizatório compartilhado em iguais condições com o Poder Concedente.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 2015.

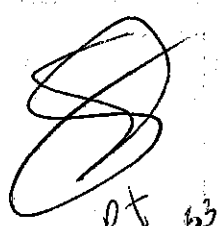

Dimas 23

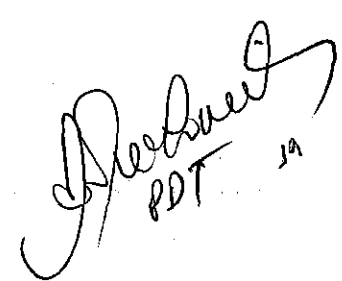


PSB
23


Colunierade
18

Deputado **RUBENS BUENO**
PPS/PR


pt 63


PDT 19